

Inaugurada a nova sede do Fórum da Justiça do Trabalho de Maringá



Em 8 de maio, foi inaugurada a nova sede do Fórum da Justiça do Trabalho de Maringá, com área de mais de 7 mil metros quadrados. Autoridades do Judiciário, Executivo, Legislativo e Ministério Público prestigiaram a solenidade **p. 4 a 6**

EJ e Amatra IX realizam evento científico em Cornélio Procópio

Cerca de 150 pessoas participaram do Encontro Regional dos Magistrados do Trabalho, que aconteceu de 28 a 31 de maio, em Cornélio Procópio (PR). O evento - promovido pela Amatra IX em parceria com a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná - teve como principal objetivo incentivar o aprimoramento científico e o conglamamento entre os magistrados trabalhistas paranaenses. **p. 7**

Encerramento da primeira turma do Curso de Libras do TRT-PR

Foi realizado, em 21 de maio, na Escola Judicial do TRT do Paraná, evento alusivo ao encerramento da primeira turma do Curso de Linguagem Brasileira de Sinais, promovido pelo Tribunal, por meio da Comissão de Responsabilidade Social, com apoio da Secretaria de Recursos Humanos. A Justiça do Trabalho do Paraná passará a atender a portadores de deficiência auditiva usando a linguagem de sinais. **p. 14**

Nesta Edição

- Juriscalc será instalado no TRT do Paraná **p. 2**
- Lista tríplice para vaga ao cargo de Desembargador **p. 3**
- 25 Varas do Trabalho recebem Selo da Conciliação **p. 11**
- Primeira turma de formandos da inclusão digital **p. 13**

TRT do Paraná firma convênio com CIEE para estágio de acadêmicos

Jussara Elisa

Foi assinado, em 22 de maio, contrato entre o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e o Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná (CIEE) - vencedora de processo licitatório - visando a estágio de estudantes no TRT.

Inicialmente serão disponibilizadas cerca de 150 vagas, em razão de restrição orçamentária que impôs limitações no número de estagiários a serem contratados. Para as Varas do Trabalho e gabinetes de desembargadores foi estabelecido um limite de estagiários de acordo com a respectiva lotação: um estagiário para unidades com até 13 servidores e dois para unidades com número igual ou superior a 13 servidores. As demais unidades serão atendidas de acordo com a disponibilidade e mediante análise da oportunidade e conveniência, pela Administração.

A SRH já está adotando as ações ne-



Valdir Stremel e Luiz Mäder Sunyé, representando o TRT-PR e CIEE, respectivamente, assinaram o convênio

cessárias à contratação dos estagiários, porém a data do efetivo início das atividades de estágio dependerá da observância de procedimentos como a apresentação do estagiário com a documentação necessária, elaboração

e assinatura prévia do termo de compromisso pelas três partes envolvidas (TRT, instituição de ensino e estagiário) e início do estágio nos dias 1º ou 16 de cada mês (Art.10, parágrafo único, do Ato 51/2009).■

TRT da 8ª Região apresenta Juriscalc para magistrados e servidores do TRT da 9ª Região

Jussara Elisa

De 1º a 5 de junho, técnicos do TRT da 8ª Região (PA) apresentam, em Curitiba, o **Juriscalc** - sistema criado por aquele Tribunal visando à execução de sentenças líquidas.

Na oportunidade, o sistema será instalado no TRT do Paraná e será dado treinamento inicial para servidores da área de economia e de Varas do Trabalho.

No dia 5, às 14 horas, na Escola Ju-

dicial, os técnicos farão explanação sobre o uso do sistema, com simulações práticas de sentença líquida. O juiz José Aparecido dos Santos, diretor do Fórum da Justiça do Trabalho de Curitiba, e o servidor Juarez Varallo Pont, assessor de Economia, falarão sobre compatibilidade jurídica e técnica do **Juriscalc**. O evento será aberto a magistrados, servidores e advogados.

De acordo com Juarez, o **Juriscalc**

é de fácil utilização e apresenta alta confiabilidade nos resultados obtidos. “Ademais, os cálculos servem de parâmetro para a conciliação e diminuem o índice de impugnação de cálculos. A expectativa é difundir o sistema para todo o Estado no menor prazo possível, para o que a assessoria propiciará treinamento aos servidores das VTs e advogados interessados em adotar o sistema”, ressaltou.■

NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michael Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

Assessora de Comunicação Social e Jornalista Responsável: Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi, Jussara Elisa, Luiz Munhoz, Maria Ângela Marques e Rossana Tuoto. **Fotografia:** César Caldas, Inara Passos, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Irene Pioker e Jussara Elisa. **Diagramação:** Joel Gogola. **Tiragem:** 600 exemplares. **Impressão:** Gráfica Radial Ltda. **Sugestões e opiniões para o NONA:** Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

Decisões do Pleno: lista tríplice para vaga do MPT e promoção a titular

Jussara Elisa

A sessão de 25 de maio do Tribunal Pleno do TRT do Paraná reduziu de sêxtupla para tríplice a lista de postulantes, dentre procuradores do Trabalho, ao preenchimento de cargo de Desembargador, reservado ao Ministério Público do Trabalho. A cadeira ficou vaga em decorrência da aposentadoria da desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, ocorrida em 2008.

Os procuradores que integram a relação são Thereza Cristina Gosdal, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca e Iros Reichmann Losso. A lista será enviada ao CSJT, que posteriormente a encaminhará ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a escolha do futuro integrante do TRT-PR.

■PROMOÇÃO

Na mesma sessão do Pleno, foi promovida a juíza Edilaine Stinglin Caetano

ao cargo de Titular da 3ª Vara do Trabalho de Cascavel. Também participaram da lista por merecimento, os magistrados Hilda Maria Brzezinski da Cunha Nogueira e Carlos Augusto Penteado Conte.

A posse da juíza Edilaine será no dia 5 de junho, às 15 horas, no Gabinete da Presidência do TRT-PR (Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528, 12º andar), em Curitiba. ■

Escola Judicial promove curso para juízes em processo de vitaliciamento

Jussara Elisa

Dentro do programa de formação inicial de magistrados em processo de vitaliciamento, a Escola Judicial do TRT do Paraná promoveu, em 15 de maio, aulas sobre "Técnicas pontuais de penhora" e "Incidentes processuais e de audiências". Foram ministradas pelos juízes José Aparecido dos Santos (titular da 17ª VT de Curitiba) e Luciano Augusto de Toledo Coelho (auxiliar da 1ª VT de Araucária e vice-coordenador da EJ), respectivamente. O programa atende à exigência da Emenda Constitucional 45/2004 e da Resolução Administrativa 8/2007, do TRT, que trata do vitaliciamento dos juízes. ■



Juizes substitutos em processo de vitaliciamento participam de curso na Escola Judicial do TRT-PR

Desembargador Gunther profere palestra em projeto da OIT

O desembargador Luiz Eduardo Gunther, vice-presidente e ouvidor-geral do TRT do Paraná, proferiu a palestra "Normas da OIT e o Direito Interno: a casuística brasileira", em 29 de maio, na sede da Procuradoria do Trabalho da 9ª Região. A mesa de abertura do evento foi presidida pelo advogado André Passos. Cerca de 100 pessoas assistiram à conferência. A explanação fez parte do cronograma do "Projeto de Extensão Organização Internacional do Trabalho" sobre "O papel das Normas Internacionais no Mundo do Trabalho", promovido pelo Núcleo de Estudos de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). ■Jussara Elisa

Lançamento de livros

Foi lançado, em 25 de maio, o livro Assédio Moral Interpessoal e Organizacional, no Centro de Estudos da Procuradoria do Trabalho da 9ª Região, em Curitiba. Organizada por Thereza Cristina Gosdal (procuradora do Trabalho) e Lis Andrea Pereira Soboll, a obra é dividida em duas partes, sendo a segunda, com seis capítulos. O juiz do Trabalho do Paraná Luciano Augusto de Toledo Coelho é autor do artigo "Considerações sobre o assédio moral e a prova no Processo do Trabalho - presunções e inversão do ônus". No mesmo evento foram lançados, também, os livros "Aprendizagem Profissional e Políticas Públicas" organizado por Mariane Josviak (procuradora do Trabalho) e Regina Bergasmachi Bley, e "Direito de Imigração", da procuradora do Trabalho Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes. ■Jussara Elisa

Inaugurada a nova sede do Fórum da Justiça do Trabalho de Maringá

O início do Centro Judiciário de Maringá



Autoridades do Judiciário, Executivo, Legislativo e Ministério Público e convidados participaram da solenidade de inauguração da nova sede do Fórum da Justiça do Trabalho de Maringá

iniciativa do então juiz Edmilson Antonio de Lima (hoje desembargador), o qual contou com o apoio da municipalidade e de sucessivas administrações do Tribunal.

A nova sede é a primeira construção a ser inaugurada no Centro Cívico da cidade. "A instalação da Justiça do Trabalho nesta região é um marco histórico, pois começa aqui a construção do Centro Judiciário de Maringá. Vivemos num tempo em que vigora novo conceito de arquitetura e engenharia, com prédios públicos construídos com preocupação ambiental e este edifício é um exemplo disso", enfatizou o prefeito Silvio Barros.

De acordo com a diretora do Fórum, juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha, a nova sede materializa um sonho antigo de muitos maringaenses. "O espaço é apropriado e propiciará um trabalho mais célere a todos", disse.

O prédio foi projetado respeitando as necessidades de portadores de deficiência física, com rampas de acesso, banheiros adaptados e também balcão para atendimento aos que possuem necessidades especiais. A unidade, que conta hoje com cinco Varas do Trabalho, contempla ainda espaço para aumento do número de

Flaviane Galafassi

O Tribunal do Trabalho do Paraná inaugurou, em 8 de maio, as novas instalações do Fórum de Maringá na Av. Gastão Vidigal, 823 - Bairro Aeroporto. O prédio, construído em terreno de 12,7 mil metros quadrados, oferece condições adequadas para a realização de audiências e tentativas conciliatórias, modernizando o espaço físico e contribuindo para a resolução mais célere dos conflitos trabalhistas.

A solenidade de inauguração, conduzida pela presidente do TRT da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, contou com a presença de autoridades dos três Poderes, em todas as esferas da Administração. Compareceram o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Fernando Eizo Ono, o deputado federal Ricardo Barros, o prefeito de Maringá, Silvio Barros, os deputados estaduais Cida Borghetti, Doutor Batista e Luiz Nishimori, o diretor do Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal no Paraná, juiz Marcelo Malucelli, além de membros da Justiça Estadual, do Poder Legislativo local, do Ministério Público (Federal, do Trabalho e Estadual), advogados, militares e representantes da sociedade civil maringaense. Do Tribunal

do Trabalho, compareceram, ainda, os desembargadores Ney José de Freitas (corregedor regional), Edmilson Antonio de Lima e Neide Alves dos Santos, juizes do Trabalho e servidores.

Durante a solenidade foram homenageados antigos administradores do TRT que contribuíram para a execução da obra, como os ex-presidentes Fernando Eizo Ono (hoje ministro do TST), Lauremi Camaroski e Wanda Santi Cardoso da Silva, e o ex-corregedor regional Nacif Alcure Neto.

A presidente do TRT ressaltou que o início do processo que culminou com a inauguração deu-se em 2002, com a



A presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Batista, e o deputado federal Ricardo Barros após o descerramento da placa alusiva à inauguração

VTs, quando necessário.

Atualmente, estão em trâmite na Justiça do Trabalho de Maringá 8.965 processos trabalhistas. Somente no ano de 2008, foram ajuizados nas cinco Varas 5.564 processos.

■ Atendimento no novo Fórum começa em agosto

O atendimento à população no novo Fórum da Justiça do Trabalho de Maringá será a partir de 7 de agosto. A nova estrutura está concluída, mas ainda falta finalizar a rede lógica do prédio. Até agosto o atendimento continua na atual sede, na Praça Renato Celidônio, 575, Centro da cidade. ■



Ministro do TST Fernando Eizo Ono (à direita) e o prefeito de Maringá Sílvio Magalhães Barros II procederam ao desenlace da fita inaugural

Magistrado Camaroski, primeiro presidente da JCJ de Maringá

Jussara Elisa

Em seu discurso de inauguração, a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, lembrou que “o novo Fórum de Maringá é o resultado de esforço de muitas pessoas, que superaram obstáculos de toda ordem e não se permitiram arrefecer o ânimo em momento algum”.

O juiz Lauremi Camaroski, hoje aposentado, foi um dos citados. O magistrado, há sete anos, quando presidia o TRT do Paraná (gestão 2001-2003), iniciou as tratativas junto aos proprietários de vários terrenos na área onde foi construída a sede. Ainda, em sua gestão, foi regularizado o registro imobiliário de um dos terrenos, e obteve-se junto à Delegacia Regional da Agricultura o compromisso da destinação de área alternativa, próxima a nova sede.

Porém, o vínculo do juiz Lauremi com Maringá é mais antigo. Em 1979, o magistrado, após aprovação em concurso público de provas e títulos, foi empossado no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do Paraná. Como substituto e presidente, jurisdicionou as denominadas Juntas de Conciliação e Julgamento - a primeira delas foi a então única JCJ de Maringá.

Na época de sua aprovação no concurso, havia na 9ª Região (que então também abrangia Santa Catarina) 10 JCJs vagas. Pelo critério de classificação no processo seletivo (10º lugar), foi destinada a ele a JCJ de Maringá. “Apesar de ser um desafio diante de uma pauta de audiências a partir das 9 horas, prolongando-se até 20 horas, e depois desse horário era preciso, ainda, fazer as

sentenças, fui para uma das melhores cidades do Paraná de todas as que estavam com unidades judiciárias vagas na época”. Segundo ele, depois de algumas semanas de trabalho árduo, foi socorrido por uma juíza auxiliar quando então o fardo se tornou menos pesado. Lembra, que foi substituído por apenas 15 dias, mas na realidade não substituiu em nenhuma JCJ, porque desde a sua posse atuou em Maringá. “Assim, na realidade, fui substituído de mim mesmo, já que passei à presidência da então única JCJ de Maringá, sendo o seu primeiro presidente”. Imaginando que, sendo o mais novo dos juizes presidentes, dificilmente retornaria à capital, onde nasceu e se criou, mudou-se para Maringá, até adquirindo casa”. Segundo o magistrado, porém, a realidade foi outra. Movido por questões familiares, aproximadamente um ano depois, foi removido a pedido para Guarapuava, onde ficou até 1982, quando obteve remoção para Paranaguá e, posteriormente, para a 1ª JCJ de Curitiba.

Ter participado da solenidade de inauguração da nova sede fez o juiz Lauremi lembrar do primeiro local onde funcionava a Junta de Maringá. “Era um prédio de três andares em cima de uma loja na Avenida Brasil, no Centro da cidade, cheio de processos”. Também recordou-se de quando, na Presidência do TRT do Paraná, visitou o terreno que abriga a nova sede: “Era inimaginável naquela época visualizar as atuais instalações para quem podia enxergar apenas um grande terreno vazio. Sem dúvida, o Fórum de Maringá tem hoje uma sede condizente com a importância da Justiça do Trabalho”.

Registro fotográfico do evento:



Diretora do Fórum, juíza Valéria Franco da Rocha: "sonho antigo"



Juiz Bráulio Gabriel Gusmão, presidente da Amatra-IX



Quarteto de cordas



Coral do Cesumar



Juiz José Vinicius de Souza Rocha entrega homenagem à servidora Carmen Faniil Navarro Cândido, de maior tempo de atividade no Fórum



Também pelo tempo de serviço, Carmen Massae Taniguti recebe flores da Juíza Flávia Daniele Gomes



O juiz Luiz Alves entregou homenagem ao magistrado Nacif Alcure Neto (aposentado)



Os magistrados Valéria da Rocha, Fernando Ono (ministro do TST), Rosalie Batista (presidente do TRT-PR) e o seu marido Wilson Batista

Encontro Regional dos Magistrados

Luiz Munhoz e Maria Ângela Marques

De 28 a 31 de maio, em Cornélio Procópio, foi realizado encontro promovido pela Amatra IX em parceria com a EJ do TRT-PR. Com objetivos de congregar e incentivar o aperfeiçoamento científico, o evento foi aberto pelo vice-presidente da associação, juiz Carlos Conte, e pela diretora da Escola, desembargadora Rosemarie Driedrichs Pimpão. A magistrada, representando a Administração do Tribunal, leu mensagem da presidente, impossibilitada de participar pessoalmente em razão de sessão do CSJT. A saudação destacou a atual expressiva representação institucional, em âmbito nacional, da magistratura trabalhista paranaense, verificada no TST, CSJT, CNJ, CAPI e Anamatra, e o valor de reuniões dessa natureza, que contribuem para a unidade e troca de experiências salutar entre magistrados.

A programação científica foi iniciada pelo professor Luiz Alberto Warat, doutor em Direito pela Universidade de Buenos Aires, pós-doutor pela UNB e presidente da Associação Latino-Americana de Mediação, Metodologia e Ensino no Direito. Abordou o tema "O juiz do Trabalho e a mediação dos conflitos", dando ênfase à crise no modelo de ensino jurídico, fruto do modelo de sociedade que nos fez perder a capacidade de dialogar. Afirmou que o foco da magistratura é corresponder à função de decidir conflitos, de modo positivo, quando deveria ser o de assumir papel de protagonista no processo de convivência social. Destacou a relevância da cultura da mediação por



Mesa de abertura do evento: magistrados Ziula Cristina da Silveira Sbroglio (titular VT de Cornélio Procópio), Rosemarie Driedrichs Pimpão (diretora da EJ), Carlos Conte (vice-presidente da Amatra IX) e o professor Luiz Alberto Warat

despertar na magistratura importante questão - a de ouvir as partes.

"O Processo Judicial Eletrônico e mudança de paradigma" foi o painel do dia 29, apresentado pelo desembargador Sérgio Rodrigues Lemos, presidente da Comissão de Informática do TRT-PR. Consistiu em retrospectiva da informatização do Judiciário brasileiro, distribuindo didaticamente esse processo em três fases, abordando ainda os problemas enfrentados e as perspectivas futuras. Elencou uma série de iniciativas, que demonstram a importância de implementar ferramentas de informática em auxílio ao Judiciário: o CNJ criou o Projudi, a numeração única; o CSJT criou o e-Pet, o e-Proc e instituiu a Comissão de Acompanhamento de Projetos de Informática. Ao final, salientou a situação atual de informatização na Justiça do Trabalho, mencionando os projetos SUAP, e-Julg, e-Audiências, além da implantação das varas digitais, como já se verifica na Justiça Federal, no TJ-SP. Para o

magistrado, a implantação das varas digitais e do processo eletrônico no TRT-PR tem, na Secretaria de Informática, um suporte confiável, trazendo mais agilidade à prestação jurisdicional para a sociedade paranaense.

O juiz Bráulio Gusmão, presidente da Amatra-IX e membro da CAPI, abordou o processo eletrônico e as varas digitais. Segundo ele, a grande revolução atual é a utilização de informações digitais, em áudio, vídeo, ou documentos digitalizados. Deixou claro entendimento quanto ao Judiciário estar passando por grandes mudanças devidas à troca do suporte das informações, do papel para os códigos binários. O magistrado listou algumas premissas que vão nortear a implantação da varas digitais na 9ª Região: mínima intervenção no sistema informatizado atual, treinamento de magistrados e servidores, uso da certificação digital, sistema de *workflow*, utilização de programa para ver documentos, peticionamento eletrônico e ampla divulgação. ■

Visita à Vara do Trabalho de Cornélio Procópio

A atividade científica do evento estendeu-se à visita realizada à Vara do Trabalho de Cornélio Procópio, pela desembargadora Rosemarie Driedrichs Pimpão, acompanhada pela titular da unidade, juíza Ziula Cristina da Silveira Sbroglio, professor Luiz Warat e servidores da Administração. Foram constatadas práticas estreitamente vinculadas ao tema da mediação/conciliação. O especialista elogiou a real compreensão dos múltiplos códigos da sociedade local - com predomínio de causas envolvendo trabalho rural - e respeito ao espírito da boa convivência social. Registrou-se, em particular, a estrutura diferenciada da sala de audiências, que, em lugar da mesa tradicional, dispõe de mesa redonda que evita a polarização entre as partes e, no momento da conciliação, a juíza sempre toma assento próximo aos interessados. Com esta atitude simplificadora, tem sido crescente o quantitativo conciliatório e é perceptível a redução da tensão no Fórum Trabalhista.

■ Maria Ângela Marques

Presidente do TRT visita Varas do interior

Jussara Elisa

De 13 a 15 de maio, a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, esteve nas Varas de Porecatu, Arapongas, Rolândia e Cambé. A visita faz parte do projeto de interiorização da administração da Justiça do Trabalho do Paraná, que visa à aproximação com juízes e servidores e ao conhecimento da realidade das Varas do Trabalho do interior. Dessa forma, “direcionam-se as decisões admi-

nistrativas às necessidades locais, de forma a obter maior celeridade na prestação jurisdicional”, relatou a presidente.

■PALESTRA

Durante passagem pelo município de Arapongas, a presidente do TRT do Paraná participou de seminário jurídico na Universidade do Norte do Paraná (Unopar), onde falou sobre questões trabalhistas. O tema da palestra foi “Terceirização: empregabilidade e atuação na Justiça do Trabalho”. Em sua

explicação, a desembargadora citou o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Vantuil Abdala. Para o magistrado, a lacuna existente na CLT a respeito da terceirização faz com que o trabalhador, o tomador de boa-fé e a empresa idônea sejam prejudicados. No caso do Estado, lembra que este tem duplo prejuízo: quando é o tomador, responsabiliza-se financeiramente pela fraude; e quando a tomadora é empresa privada, o Estado deixa de arrecadar. ■



Vara do Trabalho de Cambé



Vara do Trabalho de Rolândia



Vara do Trabalho de Porecatu



Vara do Trabalho de Arapongas

CCJ do Senado aprova o nome da juíza Morgana para o CNJ

O nome da juíza Morgana de Almeida Richa, titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba e atualmente convocada para atuar no TRT do Paraná, foi aprovado, em 27 de maio, pelos senadores que integram a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para compor o Conselho Nacional de Justiça, órgão central administrativo do Judiciário brasileiro. A indicação da paranaense, além de outros 12 juízes, deverá passar pela aprovação do Plenário do Senado, também em votação secreta. A participação da magistrada Morgana Richa no CNJ mantém a representatividade da Justiça do Trabalho paranaense no Conselho, hoje integrado pelo desembargador Altino Pedrozo dos Santos. Além da juíza Morgana, o Tribunal Superior do Trabalho indicou dois outros representantes da Justiça do Trabalho no CNJ para o próximo biênio: o ministro Ives Gandra Martins Filho, do próprio TST e o desembargador Nelson Tomaz Braga, do TRT da 1ª Região, com sede no Rio de Janeiro.

■Flaviane Galafassi

Seminário debate participação do Executivo na composição dos Tribunais

Jussara Elisa

A Associação dos Magistrados Brasileiros promoveu em Brasília, em 6 e 7 de maio, o Seminário "A participação do Executivo na composição dos Tribunais". O evento debateu a forma de acesso às Cortes Superiores do país, a formação dos Tribunais, e o processo de promoção por merecimento nos TRTs e TRFs e o Quinto Constitucional.

O seminário contou com a presença do professor Dalmo de Abreu Dallari na conferência de abertura. Dentre os participantes dos painéis: o ministro Gilmar Mendes (presidente do STF), a desembargadora Eneida Cornel (TRT-PR), os juízes federais Juiz Francisco Queiroz Cavalcanti e Walter Nunes, e o deputado federal Antonio Carlos Biscaia. A juíza do Trabalho do Paraná Patrícia de Matos Lemos (vice-presidente da AMB) presidiu a mesa do painel que debateu o quinto constitucional.

De acordo com a desembargadora Eneida Cornel, o objetivo do seminário foi discutir o processo de escolha dos ministros dos Tribunais Superiores e

demais Tribunais, especialmente a marcante presença do Poder Executivo no processo de indicação dos nomes, "o que ressalta o caráter político das nomeações" opinou. Segundo a magistrada, em todos os painéis foram apresentadas críticas ao processo atual de escolha, bem como soluções possíveis para seu aperfeiçoamento, além do processo de composição dos Tribunais com participação de membros do Ministério Público do Trabalho e da Advocacia.

O painel do qual participou a desembargadora Eneida tratou mais especificamente do processo para a promoção de juízes de carreira para os Tribunais. A magistrada teceu considerações críticas à participação decisiva do Poder Executivo na indicação do nome para a promoção por merecimento e também sobre o que tem significado nos dias atuais o Quinto Constitucional para o fim a que se destina. Em sua exposição,



Conferência de abertura com o professor Dalmo de Abreu Dallari

concluiu que "indiscutivelmente a forma de promoção e composição dos órgãos colegiados pode ser melhorada. Precisa ser considerado que na atualidade o acesso aos Tribunais se dá por juízes com pouca idade para os padrões passados, fazendo com que o tempo de permanência no segundo grau não raras vezes supere o tempo em que o magistrado permaneceu no primeiro grau. "Este tempo excessivo de permanência nos Tribunais acaba sendo nocivo porque o trabalho se torna repetitivo e sem motivação, prejudicando a qualidade da jurisdição", alertou. ■

Malote digital: maior rapidez na comunicação

Já está em funcionamento o malote digital, uma ferramenta rápida para envio de documentos via internet às unidades da Justiça do Trabalho - TST, CSJT, Tribunais Regionais e Varas do Trabalho. Para ter acesso ao sistema, é necessário cadastro para obtenção de login e senha. No total, já foram cadastradas mais de 200 unidades administrativas e judiciárias do TRT-PR, com os respectivos servidores responsáveis. O setor que necessitar do acesso ao sistema e ainda não foi cadastrado, deverá contatar o Serviço de Cadastramento Processual do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. O malote digital foi criado para tramitação de documentos e informações entre as unidades externas ao regional paranaense. Para comunicação interna, o TRT-PR disponibiliza na intranet o CTA - Controle de Tramitação Administrativa. As vantagens na comunicação via malote digital estão na rapidez, organização, autenticação e armazenamento de documentos e informações entre tribunais, varas e unidades administrativas da Justiça do Trabalho em todo o país.

■ Flaviane Galafassi

Segunda prova do concurso para juiz substituto

A comissão do XXII Concurso da Magistratura do TRT 9ª Região registrou a presença de 376 candidatos na segunda prova realizada em 16 de maio, em Curitiba. O edital com o nome dos aprovados e convocados para a terceira prova será divulgado em sessão pública (data a confirmar). Será aprovado quem obtiver nota igual ou superior a cinco, em escala de zero a dez. O concurso, composto por cinco etapas, é dividido em provas que serão realizadas até agosto deste ano. A terceira fase está prevista para 11 de julho. Essa data será confirmada com o edital de convocação a ser publicado no Diário Oficial da União e também no site do Tribunal do Trabalho - www.trt9.jus.br. Há quatro vagas ao cargo de Juiz Substituto na Justiça do Trabalho do Paraná.

■ Flaviane Galafassi

Comitiva do TJ do Rio Grande do Sul visita TRT do Paraná

Jussara Elisa

O Tribunal do Trabalho do Paraná recebeu a visita de comitiva do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em 7 de maio. O juiz Márcio André Keppler Fraga (corregedor da área de informática) e os servidores Eduardo Arruda (assessor de Informática da Presidência) e Maurício de Oliveira Maciel (chefe da equipe de suporte técnico) conheceram, pela manhã, a nova versão do sistema de gravação audiovisual, projeto definido como estratégico e prioritário pela Administração do TRT 9ª Região, que está sendo executado pela Secretaria de Informática. Participaram da reunião o diretor-geral, Vanderlei Peres; o diretor da Secretaria de Informática, Cláudio Jorge de Lima; e o diretor do Serviço de Controle e Suporte, Carlos Lopes. À tarde, assistiram a audiência



O juiz Márcio Keppler Fraga, corregedor da área de Informática do TJ do Rio Grande do Sul, acompanha audiência conduzida pelo juiz Eduardo Baracat, titular da 9ª VT de Curitiba

com gravação em sistema audiovisual de depoimentos na 9ª Vara do Trabalho de Curitiba. Na oportunidade, o titular daquela VT, juiz Eduardo Baracat, forneceu explicações sobre o sistema. A

equipe técnica do TJ-RS prorrogou sua visita no período da tarde, passando a conhecer as melhores práticas em Tecnologia da Informação adotadas pelo TRT 9ª Região. ■

Reuniões com o diretor do Fórum da capital

Jussara Elisa

Nos dias 8 e 25 de maio, o diretor do Fórum da Justiça do Trabalho de Curitiba, magistrado José Aparecido dos Santos, reuniu-se com juízes titulares e substitutos de Curitiba e Região Metropolitana e diretores de Secretaria de Varas do Trabalho e de Serviço de Distribuição dos Feitos. Nas duas oportunidades foram debatidos vários temas de interesse geral como: Central de Mandados da Região Metropolitana - procedimentos de trabalho; instalação das três Varas Digitais de Curitiba e processo eletrônico; situação do Posto de Campo Largo; Vara de Pinhais - problemas e propostas de solução; Arquivo Provisório; ofícios para Junta Comercial; serviços prestados por terceirizados - fiscalização da Direção do Fórum; além de notícias sobre o SUAP Nacional. ■



Reunião da Direção do Fórum de Curitiba com juízes da capital e Região Metropolitana

Cresce a cada ano o número de colaborações recebidas pela Ouvidoria

Comparando com os anos anteriores - 2008 e 2007 - o número de colaborações recebidas pela Ouvidoria do TRT-PR aumentou em 2009. Nos cinco primeiros meses - de janeiro a maio deste ano - foram recebidas mais de 900 manifestações de cidadãos. Foram 637 no mesmo período do ano passado. Estima-se que até o final deste ano, o número de atendimentos ultrapasse 2000. Foram aproximadamente 1.800 nos 12 meses de 2008 e, 797 no mesmo período de 2007. Criada em 27 de novembro de 2006, a Ouvidoria recebe manifestações preferencialmente mediante formulário disponível no site www.trt9.jus.br. ■ Jussara Elisa

Acordo inédito permite pagamento a 17 ações contra uma mesma empresa

“O acordo sempre é a melhor forma de se fazer justiça”

Flaviane Galafassi

Negociação inovatória envolvendo os Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Graus do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, Ministério Público do Trabalho, INSS, União, advogados de trabalhadores e empresa vai permitir o pagamento de 17 ações trabalhistas, que poderiam ainda aguardar anos pela conclusão. O acordo foi celebrado após ajuizamento de ação rescisória, que pretendia anular decisão que reconheceu ter havido revelia, gerando condenação estimada em R\$ 2,8 milhões. A empresa ré Rimapar Ltda. conseguiu negociar imóvel penhorado para pagamento de outra ação, por R\$ 600 mil, valor superior ao avalia-

do pela Justiça do Trabalho, e para isso solicitou à Justiça que incluísse nesse valor, garantido com a venda do imóvel, outras 16 ações já julgadas, inclusive a que deu origem à ação rescisória.

Para acelerar o trâmite do acordo, a Justiça do Trabalho reuniu todos os envolvidos, inclusive procuradores do INSS, em razão do direito aos créditos previdenciários, e da União, que também era parte em um dos processos, de forma a realizar em audiência única os acordos necessários.

A decisão, inédita pela maneira como foi conduzida, ao reunir as duas instâncias da Justiça do Trabalho do Paraná, além de todos os envolvidos em busca por uma solução de consenso, al-

cançou montante de R\$ 304 mil destinados aos pagamentos dos trabalhadores credores, restando valores para pagamentos ao INSS e às custas processuais, tudo abrangendo o valor negociado de R\$ 600 mil com a venda do imóvel.

Para a Justiça do Trabalho, a união dos envolvidos na busca pela solução da melhor forma de pagamento aos créditos é uma forma equilibrada de garantir o reconhecimento dos direitos trabalhistas infringidos. “O acordo sempre é a melhor forma de se fazer justiça”, concordam as magistradas Sueli Gil El Rafhi, coordenadora do Juízo de Conciliação de 2º Grau e Karla Grace Mesquita Izídio, do Juízo de Conciliação de 1º Grau. ■

Destaque em acordo faz com que 25 Varas do Trabalho recebam “Selo da Conciliação”

Resolver as lides trabalhistas com celeridade e harmonia

Jussara Elisa

Em razão de terem se destacado durante a “Semana Nacional pela Conciliação” em número de acordos realizados, 25 Varas do Trabalho do Paraná receberam o “Selo da Conciliação”, em maio deste ano.

As unidades apresentaram índice igual ou superior ao apurado no Regional. Por ordem de classificação, as VTs em distinção são: 2ª de Umuarama, Toledo, Assis Chateaubriand, 1ª de Ponta Grossa, Arapongas, Bandeirantes, Loanda, 5ª, 13ª, 14ª e 1ª de Curitiba, Apucarana, Nova Esperança, 1ª de Umuarama, Marechal Cândido Rondon,

3ª de Ponta Grossa, 2ª de Londrina, 15ª de Curitiba, 1ª de Paranaguá, 3ª de Londrina, 10ª e 20ª de Curitiba, 3ª de Paranaguá, Pato Branco e 2ª de Ponta Grossa.

A Semana Nacional pela Concilia-

ção, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, ocorreu no ano passado de 1º a 5 de dezembro. No Paraná, de acordo com dados fornecidos pela Assessoria de Economia e Estatística, as 69 Varas do Trabalho participantes realizaram 2.445 acordos durante o período.

Segundo a presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, “as unidades que sobressairam pelo número de composições realizadas atingem um dos principais objetivos da Justiça do Trabalho, o de resolver as lides trabalhistas com celeridade e harmonia entre as partes”. ■



Correição em junho nas Varas do Paraná

Flaviane Galafassi

As Varas do Trabalho de Loanda, Paranaíba, Nova Esperança, Laranjeiras do Sul; as três VTs, Serviço de Distribuição e Direção do Fórum Trabalhista de Cascavel; 9ª, 14ª, 15ª de Curitiba, o Serviço de Distribuição e direção do Fórum Trabalhista de Maringá, passarão por correição no mês de junho. Além de verificar o andamento dos processos em curso nas varas, o corregedor, desembargador Ney José de Freitas, estará à disposição de advo-

gados e da comunidade.

Na VT de Loanda, a audiência pública ocorre no dia 2, das 16h30 às 17h30. No dia 3, o desembargador estará à disposição da comunidade de Paranaíba e no dia 4, em Nova Esperança, no mesmo horário. No dia 5 de junho, a correição ordinária ocorre no Serviço de Distribuição e Direção do Fórum de Maringá, onde o corregedor ficará à disposição dos interessados das 15 às 16 horas. Na 15ª VT de Curitiba a correição ocorre nos dias 9 e 10 de junho, com audiência pública

no dia 10, das 16 às 17 horas. Na 14ª de Curitiba, correição nos dias 15 e 16, com audiência pública no dia 17, das 16h30 às 17h30, e na 9ª VT correição nos dias 17 e 18, com audiência pública no dia 18, das 16 às 17 horas. No dia 22 de junho, a correição ordinária ocorre na VT de Laranjeiras do Sul, com audiência pública das 16 às 17 horas. Em Cascavel, correição de 23 a 26 de junho, com audiência pública das 16 às 17h30 do dia 25 nas 1ª, 2ª e 3ª VTs, Serviço de Distribuição e Direção do Fórum Trabalhista. ■

Processos judiciais terão sistema de numeração unificado

Flaviane Galafassi

A partir de 1º de janeiro de 2010 todos os processos judiciais terão nova numeração baseada em uma sequência padronizada pelo Conselho Nacional de Justiça. A medida é para facilitar o acesso do cidadão às informações sobre o trâmite dos processos em todas as instâncias da Justiça Federal, do Trabalho e Comum, inclusive nos Tribunais Superiores (TST, STJ e STF). Isso significa que, consultando o número em qualquer órgão da Justiça será possível saber onde está tramitando o processo, após chegar ao órgão competente, em que fase se encontra e demais informações. Essa localização será possível pois todos os processos terão uma sequência idêntica, levando em consideração dados como o ano do ajuizamento, o órgão ou segmento do Poder Judiciário e a unidade de origem.

Para migrar para a numeração única nos processos estabelecida pelo CNJ, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná passará a fornecer nos processos trabalhistas existentes dois números identificadores, um com a atual numeração e outro com a série proposta pelo CNJ, até que todos os processos estejam com a nova numeração.

E por que não adotar somente a nova numeração?

Reimplantar todo o sistema de numeração demandaria tempo e atrasaria a implantação de outros projetos em andamento na Justiça do Trabalho do Paraná, como o Sistema Unificado de Administração Processual (Suap), tecnologia que prevê, inclusive, a instauração de processos com a nova sequência orientada pelo CNJ. Por isso, a solução encontrada foi a de fornecer as duas numerações até que o Suap esteja implantado no Paraná. O Suap é um sistema considerado a “espinha dorsal” de todos os demais sistemas voltados para a integração digital e a informatização do processo judicial na Justiça do Trabalho. Ele permitirá a padronização, a unificação e a integração de todo o controle de tramitação das ações trabalhistas.

Qual número devo digitar na hora de pesquisar sobre um processo em trâmite na Justiça do Trabalho do Paraná?

Embora a nova numeração seja disponibilizada a partir deste ano, só a partir de 1º de janeiro é que o novo número poderá ser consultado. Até o final de dezembro fica valendo a atual numeração para as pesquisas. A partir de janeiro a consulta poderá ser feita pelas duas numerações.

A partir de quando os processos trabalhistas em trâmite no Paraná terão tam-

bém a nova numeração do CNJ?

Ainda este ano. O sistema já está pronto para gerar os novos números, porém, antes que os processos recebam a sequência do CNJ, o TRT-PR está informando a sociedade sobre a nova sequência.

Como será a nova numeração?

A estrutura será: NNNNNNN-DD.AAAA.J.TR.OOOO

- O campo (NNNNNNN), com sete dígitos, identifica o número sequencial do processo por unidade de origem (OOOO), a ser reiniciado a cada ano.
- O campo (DD), com dois dígitos, identifica o dígito verificador.
- O campo (AAAA), com quatro dígitos, identifica o ano do ajuizamento do processo.
- O campo (J), com um dígito, identifica o órgão ou segmento do Poder Judiciário. Na Justiça do Trabalho, por exemplo, o número é o 5.
- O campo (TR), com dois dígitos, identifica o tribunal do respectivo segmento do Poder Judiciário. No caso do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná o número é o 09.
- O campo (OOOO), com quatro dígitos, identifica a unidade de origem do processo, observadas as estruturas administrativas dos segmentos do Poder Judiciário. ■

Primeiros formandos da inclusão digital

Flaviane Galafassi e Jussara Elisa

Adolescentes atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil concluíram curso de informática no TRT-PR.

Um grupo de adolescentes atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de Almirante Tamandaré, conseguiu realizar o sonho de tantos outros adolescentes: o de serem incluídos no mundo da informática. Por três meses, receberam instruções e aprenderam noções básicas de microinformática e internet, a partir de iniciativa do TRT que, em parceria com o Comitê de Entidades no Combate à Fome (COEP-PR), criou o Projeto de Inclusão Digital "Roberto Dala Barba", direcionado a alunos carentes.

A formatura dos 13 adolescentes aconteceu em 2 de junho, na Escola Judicial, com a presença dos desembargadores Rosemarie Pimpão (diretora da Escola Judicial, representando a presidência do TRT-PR), Edmilson de Lima (representando a presidência da Comissão de Responsabilidade Social) e Márcio Gapski, o secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Almirante Tamandaré Romildo de Brito, servidores e integrantes do COEP-PR e PETI.

A desembargadora Rosemarie lembrou que o juiz Dala Barba foi um dos primeiros a se preocupar com a infor-

mática, como ferramenta para facilitar as audiências, as decisões e a comunicação. "Infelizmente, o juiz Dala Barba faleceu há alguns anos. Em sua homenagem, tomamos emprestado o nome dele para este programa". A magistrada comentou que a experiência dessas aulas será importante no futuro dos jovens. "Daqui a alguns anos, muitos trabalhos escolares de vocês serão feitos em computadores, e para isso, esses ensinamentos que receberam terão uma grande utilidade. A caixa de um mercado, farmácia ou loja; o controle das contas de uma empresa; a correspondência entre as pessoas, tudo isso requer, cada vez mais, o conhecimento dessa ferramenta".

Em seu pronunciamento, o desembargador Edmilson de Lima destacou a preocupação do TRT, especialmente da Comissão de Responsabilidade Social, com a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. "É uma inclusão de jovens na sociedade. Por isso que é muito importante que todo o segmento social, que todos os órgãos públicos, notadamente a Justiça do Trabalho, estejam preocupados e responsáveis por essa inclusão".

O secretário Romildo de Brito parabenizou o TRT-PR pela iniciativa, dizendo que o projeto de inclusão digital vai ao encontro da proposta da prefeitura de Almirante Tamandaré, que é a in-

clusão social e a igualdade dos alunos.

A representante do COEP-PR, Conceição de Maria Contin, agradeceu ao TRT do Paraná, a prefeitura de Almirante Tamandaré e ao PETI, pela iniciativa de incluir esse jovens na sociedade.

A diretora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Gisela Guimarães Pereira, disse estar satisfeita com a participação no projeto de inclusão digital: "o comportamento dos alunos no PETI e em suas casas melhorou após as atividades no TRT-PR".

Na formatura, foi apresentado vídeo produzido pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal, com registro das aulas e com os trabalhos realizados pelos alunos. Em agradecimento ao TRT-PR e aos professores-voluntários, os alunos cantaram a música "Despedida", de autoria de Roberto Carlos e Erasmo. O Grupo Vocal do Sinjutra, sob a regência do maestro Anderson Nascimento, interpretou canções em homenagem aos alunos e professores do projeto, que conta com a participação de servidores voluntários do TRT-PR. A estrutura física para realização das aulas é oferecida pelo Tribunal, em sala de treinamento de servidores, especialmente preparada com computadores para este fim. A prefeitura de Almirante Tamandaré fornece o transporte para os alunos. ■



Desembargadores do Tribunal do Trabalho do Paraná e representantes de Almirante Tamandaré com alunos e voluntários do projeto

Primeira turma do Curso de Libras



Magistrados e servidores da Justiça do Trabalho durante o depoimento da professora Elizanete Favero, no evento que encerrou a primeira turma do curso de Libras

ção será possível”, disse a professora Elizanete Favero, também surda, responsável pela primeira etapa do curso no TRT. Ela relatou casos envolvendo processos judiciais em que as decisões não estavam de acordo ao pretendido pelas pessoas, por não haver uma ideal comunicação entre os envolvidos, por meio de Libras. “Conhecendo Libras, ouvinte e surdos caminham juntos, superando as dificuldades”, ressaltou a professora Rosani Suzin Santos.

Para a servidora Helena de Ligorio Villas Boas, ter pessoas com formação em Libras é mais do que proporcionar o acesso de todos à Justiça. “No momento em que se multiplica o conhecimento de libras, proporciona-se ao surdo não só a chance de buscar seu direito em juízo, mas principalmente convivência igualitária em todos os âmbitos da vida”.

“A formação do primeiro grupo de servidores demonstra a importância de se dar o primeiro passo para a interação com a comunidade”, enfatizou a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista. O TRT-PR pretende iniciar nova turma de Libras a partir do segundo semestre deste ano e também estender a iniciativa ao interior do Estado.

Segundo a presidente da Comissão de Responsabilidade Social do TRT, desembargadora Ana Carolina Zaina, “a garantia de acesso aos portadores de deficiência auditiva inclui-se entre as muitas ações institucionais de responsabilidade social, por voltar-se a uma parcela da sociedade que busca exercer sua cidadania”.

Flaviane Galafassi e Jussara Elisa

Foi realizado, em 21 de maio, na Escola Judicial do TRT do Paraná, evento alusivo ao encerramento da primeira turma do Curso de Língua Brasileira de Sinais, promovido pelo Tribunal, por meio da Comissão de Responsabilidade Social, com apoio da Seção de Integração e Aperfeiçoamento no Trabalho, da SRH.

Participaram da abertura os desembargadores Rosalie Michaele Bacila Batista (presidente), Ana Carolina Zaina (presidente da Comissão de Responsabilidade Social) e Edmilson Antonio de Lima, juíza Adayde dos Santos Cecone (membros da CRS), além do corpo docente da FENEIS Elizanete Favero (diretora regional), Iraci Bampi Suzin (diretora regional administrativa), Maria Eliza Pol (diretora regional financeira) e a professora de Libras Rosani Suzin Santos.

O evento foi aberto com a interpretação do Hino Nacional em Libras pela professora Rosani Santos. Houve entrega de certificados aos alunos da primeira turma do curso de Libras e, aos diretores, foi entregue selo representativo de Libras de que na unidade judiciária há um servidor comunicador naquela linguagem de sinais. O Grupo Vocal do Sinjutra, sob a regência do maestro Anderson Nascimento juntamente com os alunos do curso de Libras interpretaram a música “Pela luz dos olhos teus”, de Vinícius de Moraes.

■ ATENDIMENTO EM LIBRAS

“O preparo de servidores para a comunicação em Libras na Justiça do Trabalho do Paraná é a concretização da

ideia de inclusão social”. Com esse discurso a diretora da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), Iraci Elzinha Bampi Suzin, parabenizou, a primeira turma do curso de Libras. A proposta do curso é oferecer atendimento adequado aos surdos que procuram pela Justiça e que muitas vezes não conseguem expressar suas necessidades porque não são entendidos. “A lei assegura os direitos dos surdos, porém eles não são respeitados. Muitos surdos sofrem porque não há comunicação. Por isso a importância de iniciativas como esta”, ressaltou a diretora da Feneis, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que trabalha com atividade educacional, assistencial e sociocultural para os surdos.

As aulas iniciaram em 2008 e foram realizadas pela Feneis com apoio de servidores do TRT-PR. “Muitos surdos estão sofrendo porque não conseguem expressar sua opinião ou porque não são compreendidos. Aqui, essa comuni-



Alunos da primeira turma do curso de Libras interpretaram em linguagem de sinais a música “Pela luz dos olhos teus”, de Vinícius de Moraes, acompanhando a apresentação do Grupo Vocal do Sinjutra

TRT do Paraná implanta programa de ginástica laboral

Jussara Elisa

O Tribunal do Trabalho do Paraná implantou programa de ginástica laboral para magistrados e servidores de todo o Estado. São três sessões semanais com duração de 15 minutos cada.

■ O PROGRAMA PILOTO

O projeto de ginástica laboral teve início como programa piloto em algumas unidades da capital pelo SEDEP - Setor de Desenvolvimento Pessoal e Organizacional -, vinculado ao SEDESB, com atividades desenvolvidas pelas servidoras e fisioterapeutas Ivanete Pires dos Santos e Elaine Bueno Martins Coura. Em razão da grande procura por mais sessões, foi necessário ampliar o atendimento mediante contratação de empresa do ramo, responsável pela aplicação das sessões. Já foram definidas via licitação: Curitiba, cidades vizinhas, o pólo de Cascavel e o pólo de Maringá atendidos pela empresa Life Saúde. Ponta Grossa e cidades vizinhas, pela empresa M-14



O TRT do Paraná implantou, em maio, programa de ginástica laboral para magistrados e servidores de todo o Estado. As três sessões semanais têm duração de 15 minutos cada

Condicionamento e Atividades Físicas Ltda. O pólo de Londrina será atendido pela GPA Treinamento Físico Personalizado (*Workfit*).

De acordo com a psicóloga Luciana da Motta Tavares, chefe do SEDEP, "entre os benefícios da prática, já comprovados, destacam-se: o relaxamento muscular, a melhora da postura e o aumento da oxigenação dos tecidos,

contribuindo desta forma para a prevenção das doenças osteomusculares e do estresse". Explica que a participação de todos é fundamental para que hábitos saudáveis passem a incorporar nosso dia-a-dia. "É importante que a ginástica laboral seja praticada com regularidade, pois sua efetividade depende da frequência com que é realizada", concluiu. ■

"Sono e Qualidade de Vida" é tema de palestra

Jussara Elisa

Integrando o projeto "Ciclo Permanente de Palestras" do SEDESB (SRH), foi abordado o tema "Sono e Qualidade de Vida", em 22 de maio, na Escola Judicial do TRT. A explanação do assunto coube a Márcia Assis, neurologista, neurofisiologista, mestre em Medicina Interna e médica certificada em Medicina do Sono pela Associação Brasileira de Sono.

O objetivo da palestra foi enfatizar a importância do sono adequado para se obter uma boa qualidade de vida e permitir a reflexão acerca de como nosso dia-a-dia é afetado pela forma como dormimos e quais as possibilidades diante das dificuldades. Márcia Assis falou sobre prejuízos mentais, intelectuais, psicológicos e sociais decorrentes do sono não adequado; principais distúrbios do sono e como identificá-los; quando se deve buscar ajuda médica para um

problema relacionado com o sono; e principais cuidados que devem ser tomados para manter o sono adequado.

De acordo com Márcia, o sono ideal é aquele suficiente para se manter alerta e disposto durante o dia. Comentou que

remédios para hipertensão e alimentação pesada próxima à hora de dormir podem prejudicar o sono.

O vídeo com a íntegra desta palestra está disponível na Biblioteca para empréstimos. ■

Em destaque, a médica Márcia Assis durante palestra ministrada na Escola Judicial



Ciclo Permanente de Palestras aborda "Sono e Qualidade de Vida", em 22 de maio. A palestrante Márcia Assis enfatizou a importância do sono adequado para se obter boa qualidade de vida



Campanha de Inverno 2009

Jussara Elisa

A edição 2009 da Campanha de Inverno da Comissão de Responsabilidade Social do Tribunal do Trabalho do Paraná foi realizada durante o mês de maio. Com o slogan "Aqueça sua alma aquecendo o inverno de quem precisa", a mobilização pretendeu arrecadar roupas, agasalhos, cobertores e calçados, novos ou usados.

Parte da arrecadação será direcionada para a realização de um bazar (a preços simbólicos) exclusivo para os trabalhadores de empresas prestadoras de serviços no TRT-PR na área

de copa e limpeza, cuja renda será revertida em lanche para esses trabalhadores. O restante das doações será remetido ao ILIX - Instituto Lixo e Cidadania, que atende a catadores de materiais recicláveis de Curitiba.

■LONDRINA

Em Londrina, a Campanha de Inverno vai até o dia 10 de junho. Roupas, agasalhos, calçados e cobertores, além de alimentos não perecíveis, podem ser entregues no saguão do Fórum da Justiça do Trabalho local. As doações serão revertidas a duas entidades de Londrina: Casa do Bom

Samaritano e Toca de Assis. A juíza Sandra Cembraneli Correia, membro da CRS, agradece a todos que puderem colaborar, "pois doar é um gesto de carinho ao nosso irmão", frisou.

■3ª VT DE FOZ DO IGUAÇU

A 3ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu arrecadou, em maio, roupas, agasalhos, cobertores e calçados, novos ou usados. As doações serão entregues para a Casa de Apoio Esperança em Cristo, da Irmã Zélia Fátima Barbosa da Silva, que trabalha na recuperação de homens e mulheres viciados, em Foz do Iguaçu - www.esperancaemcristo.com.br.

Mostra Prata da Casa: "O Lúdico e o Sensorial - Um Olhar na Fotografia"

Jussara Elisa e Rossana Tuoto

Foi aberta, em 15 de maio, a exposição "O Lúdico e o Sensorial - Um Olhar na Fotografia", da servidora Edeni Mendes da Rocha (Teka), no saguão do Edifício Rio Branco, sede do TRT do Paraná. A mostra poderá ser vista até 18 de junho. Dividida em quatro temas: paisagens naturais, flores, animais e vinho, as fotos, cerca de 30, foram "clidadas" por Teka em diversas regiões do Brasil, com ênfase em Curitiba.

"Fotografia para mim é uma forma de ver o mundo com outros olhos, pois os registros nos mostram detalhes que normalmente não notamos. Então é uma forma de aprendizagem. Você fotografa algo e logo quer saber a origem, o que aconteceu ali, porque possui este ou aquele nome. É também um exercício

para a criatividade e para a paciência. Há inúmeras formas de fotografar um mesmo objeto e isto torna a vida mais rica. É inquestionável que uma bela paisagem fica maravilhosa quando fotografada, mas os melhores registros são aqueles onde se capta a singularidade, a emoção, o momento único, e é isto que eu tento obter em minhas fotos". É assim que Edeni define o seu olhar na fotografia. A servidora Edeni está há 13 anos no TRT paranaense. É diretora do Serviço de Dados Funcionais.

O projeto "Prata da Casa" visa a incentivar

a produção artística e cultural de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná. Confira as exposições e/ou participe expondo. Outras informações: (41) 3310-7309 / 7333 - Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR. ■



Aberta em maio a exposição "O Lúdico e o Sensorial - Um Olhar na Fotografia" da servidora Teka, da SRH

Campanha de prevenção ao diabetes

Desde 25 de maio, o Setor Médico-Odontológico, em parceria com a Unimed, está realizando a "Campanha de prevenção ao Diabetes". Uma equipe visita os locais de trabalho, disponibilizando material educativo e teste para detecção do diabetes, com resultado imediato. A proposta é identificar, precocemente, as pessoas com risco de desenvolver a doença e conscientizar os participantes quanto à sua prevenção. Para participar, basta aguardar a visita da equipe de Saúde em seu local de trabalho.

■Jussara Elisa